

NORTE 2015

Grupo de Prospectiva: As Pessoas

Atelier Temático: Cultura

Quadro de referência para a estratégia de concepção de políticas públicas no domínio da cultura para o Norte de Portugal

Perito: Helena Santos

Data: Junho de 2005

Todas as posições expressas nos documentos produzidos pelos peritos são da estrita responsabilidade dos seus autores, não vinculando nem comprometendo, em caso algum, a CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte).

Índice

1. Introdução

1.1. Do redesenvolvimento, das culturas urbanas e das cidades

1.2. Da crescente visibilidade e importância Atribuída à cultura e do caso português

2. Elementos de Tendência e caracterização

2.1. Problemas de operacionalização e medida da cultura

2.2. Diversos patamares de análise e comparabilidade, como suporte para desenhos estratégicos integrados

2.3. Algumas tendências muito gerais

2.3.1. Pontos centrais de caracterização e sociografia

2.3.2. Financiamento e infra-estruturação da cultura

2.3.3. Imagem e competitividade simbólicas

2.3.4. Ofertas, procuras, recursos

2.3.5. Factores específicos de cumulatividade em matéria de políticas culturais e da sua sustentabilidade

3. Questões nodais de forte contexto crítico

3.1. A institucionalização política da cultura em Portugal apresenta-se tardia, hesitante, frágil e “estado-dependente”

3.2. Desarticulação e fragilidade na criação e no desenvolvimento de redes (cujo conceito integra os de sustentabilidade, flexibilidade e densidade)

3.3. Fraca, por vezes nula, densidade social, em termos de participação (cidadania) e envolvimento de agentes não directamente culturais nem políticos

3.4. Os dilemas da infra-estruturação material e imaterial

4. Cidades e Culturas Urbanas

5. Três princípios orientadores

5.1. Repensar conceptualmente a infra-estruturação cultural

5.2. Promover estratégias de relação e intermediação inovadoras

5.3. Tornar contemporâneo o conceito de política cultural

1. Introdução

1.1. Do redesenvolvimento, das culturas urbanas e das cidades

As preocupações contemporâneas de planificação e intervenção social e económica traduzem um processo complexo de *redesenvolvimento*, em que à cultura é atribuído um papel central na produção de novas lógicas de inovação, mudança, competitividade, produção de identidades e sociabilidades. Os contextos privilegiados de redesenvolvimento são as culturas urbanas e as cidades, funcionando estas últimas como "actores" nodais das redes de fluxos globais, e configurando o que se vem designando como as *novas economias culturais* (Fortuna & Silva, 2002; Kulonpalo, 2004).

Este quadro de mudança integra tanto de potencialidades quanto de constrangimentos, e é nesse jogo complexo que assume particular relevância o carácter estratégico dos desenhos possíveis de políticas públicas no quadro das regiões e das suas relações internas e externas.

1.2. Da crescente visibilidade e importância atribuída à cultura e do caso português

Reconhecer à cultura um papel central não corresponde, portanto, automaticamente à consideração da sua especificidade e autonomia relativa, e pode mesmo significar o seu esvaziamento em favor de lógicas externas, "extensivas" e instrumentais, como as pressões do mercado e em particular da privatização e comercialização dos bens e serviços culturais (Santos, 2005).

É o caso de alguns contextos de nobilitação e revalorização de lugares, artefactos e culturas, que podem induzir efeitos de enfraquecimento do tecido cultural e social nos patamares de malha densa e localizada, através dos processos de desterritorialização e conseqüente desenraizamento que arrastem. Impõe-se, por isso, cuidar de mecanismos de intermediação locais e supra-locais, que funcionem em processos de articulação em redes e patamares sucessivos de proximidade, e não segundo descontextualizações indutoras de novas formas de fechamento e exclusão (ou, no limite, de *guetização*), ao nível dos espaços e/ou dos grupos sociais.

É neste quadro que a reflexão sobre o lugar das políticas públicas se investe de novos desafios e urgências, sobretudo em condições, como é o caso de Portugal, em que as mudanças vêm ocorrendo em "temporalidades cruzadas" entre modernidade e tradição – um regime democrático recente, uma descentralização cultural tardia e insipiente, uma integração europeia que veiculou procedimentos de abertura e de racionalização e pragmatismo em domínios desigualmente preparados para os acolher (Silva & Santos, 2004; Fortuna *et al.*, 1999; vd. ainda Silva, 2003).

2. Elementos de tendência e caracterização

2.1. Problemas de operacionalização e medida da cultura

Em Portugal, a recolha e o tratamento de informação estatística sistemática sobre o sector cultural é recente (Santos, 1998; Neves & Santos, 2000). Nalguns domínios, como o das estatísticas oficiais sobre a cultura nos municípios, a aparelhagem conceptual e técnica-metodológica permanece, não obstante algumas modificações, muito imperfeita. Os inquéritos dirigidos aos municípios e aos agentes culturais são pouco claros, e os conceitos utilizados pelo INE não correspondem, frequentemente, aos conceitos dos respondentes – por exemplo, a classificação das actividades nem sempre coincide, o que é particularmente importante no caso da discriminação de despesas. Noutros casos, como o da aferição de oferta e procura, acrescentam-se obstáculos relacionados com a tendência à sobre-avaliação, sobretudo dos públicos. Finalmente, o único estudo disponível sobre práticas culturais a nível nacional é o *Inquérito à Ocupação do Tempo*, publicado pelo INE em 1999 – contrastando com a investigação produzida noutros contextos e a outras escalas, designadamente sobre práticas e públicos de cultura.

Por outro lado, alguns figurinos institucionais de externalização tutelada dos municípios dificultam a aferição de atribuições de verbas, competências e co-gestão de actividades – verifica-se nos casos de criação de organismos autónomos, como associações de municípios, associações institucionais, empresas municipais e mesmo fundações. Por vezes, são os próprios figurinos das Câmaras que não são comparáveis relativamente ao

sector cultural, seja por apresentarem combinatórias diversas entre cultura, desporto, turismo, juventude e educação; seja porque fazem depender algumas actividades directamente da presidência da Câmara; seja, finalmente, porque é muito tardia a relativa autonomização da cultura nos municípios.

A criação do Observatório das Actividades Culturais em 1996 veio permitir, pela primeira vez, a possibilidade de lidarmos com um trabalho sistemático de produção, tratamento e análise de informações de várias fontes, em função de uma abordagem integrada (que não era possível em trabalhos parcelares), o que, além disso, possibilita uma mais clara percepção e dos problemas de enquadramento e normalização.

2.2. Diversos patamares de análise e comparabilidade, como suporte para desenhos estratégicos integrados

Entre outros aspectos, reforça-se a urgência de uma reflexão aprofundada sobre o quadro teórico e de operacionalização conceptual, assim como sobre os cruzamentos metodológicos e técnicos envolvidos na produção estatística, que permanece (mesmo nos indicadores sociográficos de base) direccionada para as análises económicas e demográficas, e não sociológicas.

Se este princípio é estruturante para o território nacional, e sobretudo no quadro da União Europeia, ele torna-se, para o que nos ocupa, especialmente dramático no caso das perspectivas mais regionalizadas e localizadas. De facto, não apenas a disponibilidade de informação geográfica mais desagregada (como o concelho) continua a não ser generalizada, como os indicadores disponíveis permanecem lassos e excessivamente abrangentes. Impõe-se, portanto, o trabalho cruzado das operações de integração normalizada de informação extensiva e da sua compatibilização com as especificidades em escalas mais localizadas e de abordagens intensivas.

Num terreno como o da cultura, ele próprio tradicionalmente "soft", parece-nos que esta será a única forma de se articular em processos de recolha, tratamento e análise interpretativa simultaneamente estruturados à escala geral das unidades administrativas em vigor; e passíveis de plasticidade, em função de focalizações específicas (por exemplo, para perspetivações mais transversais, como algumas temáticas, entre as quais salientamos a da educação, a do emprego, a do consumo e a das cidades). A cultura

permanece, mais em Portugal, mas também ao nível da União Europeia, um "parente pobre" de uma produção de informação regular, fiável e comparável – o que é profundamente contraditório (mas em si extremamente significativo) com a crescente profusão de discursos, sobretudo entre especialistas e políticos, em torno da importância patrimonial, social e económica da cultura.

2.3. Algumas tendências muito gerais

Da informação disponível, e sem prejuízo do que ficou referido no ponto anterior, o que é possível salientar, em termos genéricos, para Portugal e a Região Norte?

2.3.1. Pontos centrais de caracterização e sociografia

Dos indicadores disponíveis, salientamos aqueles que se nos afiguram nodais para pensar, no domínio que nos ocupa, a cultura.

Genericamente, a qualificação escolar e socioprofissional tem aumentado – porque o ensino obrigatório se tem prolongado (em bases de partida muito baixas) e o ensino superior tem crescido. São, porém, movimentos sobretudo urbanos, onde as populações, não apenas têm aumentado (exceptua-se o Porto, por especificidades próprias da respectiva Área Metropolitana), qualificado e juvenilizado (o que vem sendo relevado nas representações de muitos municípios).

Isto significa que há um tipo de assimetrias intra-regionais e intra-municipais sobre as quais é urgente debruçarmo-nos. De um lado, verifica-se um potencial de massa crítica decorrente das relações dos indicadores referidos com o campo cultural (em termos de procuras e de ofertas). De outro lado, porém, o crescimento dos pólos urbanos (das cidades em particular), no contexto das características da Região Norte (de novo não incluindo a questão do Porto e da Área Metropolitana), incorpora o esvaziamento das envolventes de proximidade e influência. Este esvaziamento é, simultaneamente, quantitativo e de condição social: o envelhecimento, o empobrecimento, a ruralidade e o isolamento são dimensões de exclusão que, seja em termos de patrimonialização, seja em termos de produção cultural, deverão ser incorporados nos desenhos políticos – tanto mais quanto a própria urbanidade da maioria dos pólos da região integra marcas de ruralidade

profunda, que podem ser convertidos em recursos, sobretudo para uma abordagem em termos de redes de malha densa (plurais, como veremos adiante).

2.3.2. Financiamento e infra-estruturação da cultura

Aumento das despesas com cultura, quer da administração central, quer local, não obstante a global diminuição dos orçamentos de Estado para a Cultura e a cativação de algumas verbas nos dois últimos anos. Talvez seja esta a questão que mais directamente traduz um esboço de política(s) cultural(is), desde os anos oitenta nos municípios, e no Estado central desde a criação do Ministério da Cultura. O prognóstico, no entanto, não é de reforço positivo: a actual recessão económica reintroduz prioridades nesse domínio próprio, favorecendo a durabilidade de uma ideologia pragmática e liberal que tende a desautonomizar o campo cultural, mantendo-o subsidiário. Em Portugal, o peso maioritário da contribuição municipal para a cultura não traduz uma descentralização efectiva, mas antes uma delegação de competências que os indicadores que perpassámos deixam antever muitíssimo frágil (Santos, 2002).

A maior parte das despesas municipais permanecem infra-estruturais: dotação de equipamentos físicos para a cultura (casas de artes, casas de cultura, cine-teatros, auditórios, bibliotecas, museus...). Esta tendência é especialmente visível ao longo dos anos noventa (meados), assumindo quatro formatos não exclusivos: criação de redes nacionais de equipamentos e acções (de que a das bibliotecas e da leitura é a mais antiga e a mais densa); equipamentos de suporte a acções culturais regulares (por exemplo, instituições especializadas – museus, auditórios, centros culturais – na sequência de eventos também especializados que se institucionalizaram); operações de recuperação de edificado (convertível em património classificado); uma "cultura de betão", sobretudo verificável nos equipamentos polivalentes (multiusos, centros de desportos e congressos...). Se esta dimensão material de base é essencial, ela está, frequentemente, na origem de lacunas na planificação/programação e face às escalas a que se reporta. Além disso, os equipamentos físicos tendem a concentrar-se nas capitais de distrito e, em menor grau, nos núcleos urbanos concelhios, o que significa que, no quadro das características sociodemográficas actuais, tendem a reforçar o esvaziamento das zonas exteriores aos centros urbanos.

2.3.3. Imagem e competitividade simbólicas

Alguma preocupação de produção/exportação de uma imagem simbólica ou patrimonial dos municípios, ou (em menor escala) intermunicipal no âmbito da cultura – seja por concorrência e competitividade simbólicas, seja por extrapolação e reclassificação das amplitudes de acções e, mais timidamente, de equipamentos. Esta tendência é visível nos esforços de especialização da oferta cultural mais contemporânea e nos figurinos de espectacularidade procurados por muitos municípios – por exemplo, em termos de eventos regulares, como são alguns festivais, que se tornam nacionais ou internacionais; mas também, noutra dimensão, nalguns esforços de valorização e exportação simbólica do património cultural local, material e imaterial.

Os esforços de afirmação e projecção externa devem ser rigorosamente avaliados relativamente à sua incrustação nos locais e contextos sociais de onde emanam, sob pena de potenciarem, ao invés de reforçarem, o esvaziamento comunitário, identitário e simbólico. Em particular, verificam-se notórios esforços de inserção internacional (e, nomeadamente, europeia) de iniciativas (da gemação de cidades ao carácter internacional de eventos), que, frequentemente, surgem associadas a figurinos de financiamentos de actividades (eventos) e não de instituições e de recursos (formação profissional e de procuras, por exemplo).

2.3.4. Ofertas, procuras, recursos

Verifica-se alguma atractividade de agentes culturais, sobretudo ao nível da criação e da mediação criadora (programação, designadamente) por geografias menos centrais. Por um lado, respondem ao crescimento em contexto de fragilidade estrutural do campo português, mesmo no quadro das (relativas) economias de aglomeração de Lisboa e Porto (procura de "mercados" vazios); por outro lado, e em simultâneo, vão ao encontro dos esboços do potencial de procuras menos centrais, quer municipais, no quadro das políticas culturais locais, quer no âmbito das relações com o "mercado escolar" e mais latamente juvenil (Santos & Abreu, 2002).

A oferta cultural, globalmente, tem aumentado, e é possível identificar casos de aumento de qualificação artística (com base, essencialmente em indicadores de espectáculos e iniciativas como exposições museológicas e de arte, e no consenso de pontos de partida

muito baixos, relativamente aos últimos trinta anos). Porém, isso não significa que as procuras culturais venham correspondendo proporcionalmente. Pelo contrário, são várias as situações em que a disponibilização de oferta incorre em défice de procuras relativas, já que estas requerem investimentos menos materiais, de maior duração, e por isso de geometrias plurais em função das "fileiras de oferta" e dos contextos sociais específicos onde têm lugar, designadamente em termos da criação e consolidação de ambientes culturais que traduzam densidade e inclusão, digamos, comunitária.

Noutra vertente, é de registar a persistência intrínseca de públicos culturais médios (por analogia com as classes médias qualificadas), eles próprios minoritários relativamente aos grupos sociais a que pertencem. Mantém-se, assim, a questão do relacionamento da cultura (das culturas, se usarmos o potencial do actual esbatimento de hierarquias e fronteiras entre géneros e expressões de arte e cultura) com os grupos sociais de condições mais frágeis e desmunidas (no cruzamento da educação escolar, do emprego, da periferização geográfica, da idade e do género) – como, de resto, aludimos nos pontos anteriores desta caracterização. Deste ponto de vista, um dos pontos a assinalar passa pela mediação enquanto difusão, comunicação e informação – adequada, não apenas aos esforços de projecção e externalização simbólica e económica (turismo, designadamente), mas em função, mais uma vez, da produção e do desenvolvimento de identidades contemporâneas sólidas (no sentido de plurais).

É neste âmbito que as relações com o sistema escolar, nos planos das formações profissionalizante e dos públicos, se afigura nodal. Concretamente no que respeita às políticas públicas, permanece uma casuísta relação entre as escolas e as "comunidades", qualquer que seja o nível de ensino a que nos reportemos e qualquer que seja a perspectiva de base (da educação para as culturas e as artes, ou destas para a educação). Carecemos, desde logo, de conhecimentos generalizáveis de referência, assim como de avaliações de casos de sucesso e insucesso, de impactos e de condições de consolidação (ou sustentabilidade) (Silva, 2000).

Impõe-se, em nosso entender, uma maior plasticidade por parte das escolas, enquanto instituições privilegiadas de formação para a cidadania em escalas de proximidade social, na promoção de diálogos com as instituições e os criadores, de um lado; com as comunidades sociais, do outro. No que respeita à defesa de políticas culturais integradas nos diversos patamares de localização sócio-simbólica (patrimónios, contextos socioculturais e económicos...), as escolas devem posicionar-se como agentes nodais de

mediação por vizinhança ou proximidade para a formação cultural e artística, em abertura relativamente ao campo especializado da produção cultural.

Os recursos organizacionais e humanos culturais – de criação, produção e mediação técnica e especializada – permanecem escassos e pouco qualificados, não obstante a tendência à descentralização da oferta de formação profissional técnica e vocacional, incluindo a, ainda insipiente, politécnica. Do tecido político-administrativo (em particular nas câmaras e nas instituições de desenvolvimento) ao tecido socio-cultural e artístico, escasseiam recursos, e, em relação aos que existem, escasseiam formações de elevada qualificação, capazes de responder aos crescentes desafios que se colocam em termos de mudanças nas escalas das relações entre espaços locais, regionais, nacionais e globais. Recursos qualificados e competentes não pode querer dizer, porém, redução das questões de cultura a dimensões técnicas e racionais, que, em vez de densificarem as relações sociais envolvidas, as rarefazem e fragilizam. Este é, em nosso entender, um dos problemas das recentes conversões da cultura em "utilidade" social e económica, actualmente no centro das reflexões contemporâneas sobre as políticas culturais.

2.3.5. Factores específicos de cumulatividade em matéria de políticas culturais e da sua sustentabilidade

Os ponto anteriores permitem fazer convergir num plano específico a questão das orientações políticas públicas sustentadas para a cultura na Região Norte. Os estudos disponíveis, não apenas para Portugal, têm demonstrado a existência de factores de cumulatividade cultural, em múltiplas dimensões (procuras, ofertas, mediações).

Tendo como horizonte a escala regional, apresenta-se forte a relação entre o desenvolvimento de políticas culturais de nível intermédio (regionais e locais) com potencial de sustentabilidade e os seguintes factores, que tendem a apresentar-se correlacionados entre si:

- i) uma relativa *densidade cultural urbana*, em particular aglomerados de centralidade intermédia (reforçando o potencial de *interface* desse tipo de aglomerados);
- ii) a presença significativa de *massa crítica*, efectiva (classes médias qualificadas) ou potencial (população juvenil e escolarizada);

iii) a presença de *estabelecimentos de ensino superior*, em particular universitário (mas também algum tipo de *formação profissional intermédia*, como acontece no ensino artístico, na formação para a intervenção sociocultural e a gestão cultural).

iv) e ainda outros factores "positivos" de assimetria territorial, que correspondem, no caso da Região Norte, à localização *litoral*.

A identificação e aferição estratégica desses factores, dos seus *impactos* e das suas *relações em contextos específicos* deve constituir uma via estruturante para o delineamento de linhas de intervenção integrada, nas várias escalas (local, regional e nacional) – nomeadamente através do confronto entre *nós críticos* e *nós sinérgicos* na região.

3. Questões nodais de forte contexto crítico

3.1. A institucionalização política da cultura em Portugal apresenta-se tardia, hesitante, frágil e "Estado-dependente".

Esta característica pesada é reforçada, para as questões regionais e infra-regionais, pela tradição de ausência e/ou ineficácia de agentes de interlocução mediadora entre a administração central e a local, cujos impactos são importantes, não apenas em termos de democratização e descentralização da cultura, como também no que respeita ao desenvolvimento integrado das dinâmicas culturais enquanto "sector" (economias simbólicas, competitividade, emprego, qualificação socioprofissional, cidadania, coesão e identidades).

Um dos corolários do anteriormente referido encontra-se na emergência, casuisticamente identificável, de esboços de políticas e dinâmicas culturais autárquicas, desde finais dos anos oitenta – traduzindo igualmente um reconhecimento político-institucional da cultura

nos figurinos autárquicos tardio e ainda pouco consubstanciado em práticas concertadas e duradouras – que se impõe identificar e avaliar.

A descentralização cultural portuguesa (e a Região Norte não é excepção) tem, assim, ocorrido num quadro de debilidade institucional e de recursos da administração local, ela própria dependente da administração central.

Das implicações específicas à escala regional e infra-regional, deve salientar-se a persistente dependência da produção e reprodução cultural face ao Estado central e às autarquias: o Estado permanece o principal agente cultural, seja em termos de promoção de iniciativas, seja, indirectamente, enquanto principal parceiro e financiador das mesmas.

Sobretudo no que podemos designar como a gestão e consubstanciação das parcerias, elas resultam muitas vezes dos próprios constrangimentos inerentes aos mecanismos de racionalização que os programas de financiamento implicam sem correspondência nos terrenos a que se destinam – em particular nos casos em que alguns contextos de parceria multiplicam, em vez de articularem, instituições e actores. Exemplos desta situação podem ser encontrados nalguns figurinos associativos supra ou intermunicipais que, na prática, reproduzem, senão reforçam, as debilidades municipais singulares. Por outro lado, a procura de parcerias com operadores e instituições culturais privados (geralmente associações sem fins lucrativos de produção cultural ou artística) permanece em muitos casos cativa, quer da falta de autonomia das autarquias, quer da dependência de uma parte importante dos agentes privados face ao apoio financeiro central (apenas como ilustração de uma "fileira" que tem sido muito importante para a descentralização cultural: as artes performativas, e nelas o teatro profissional descentralizado).

São ainda frágeis os enquadramentos estruturantes das diversas escalas territoriais – o impulso recente dado às redes de equipamentos e serviços constitui um exemplo central de potenciação, que, no entanto, frequentemente se depara com as dificuldades de, a nível local, se desenvolverem as condições para a sua programação e manutenção.

Alguns ensaios de formatação e regulação de âmbito nacional particularmente importantes para a administração local foram recentemente interrompidos antes que pudessem ter sido avaliados no seu impacto regional e local – é o caso do Programa Difusão das Artes do Espectáculo (que não apenas ensaiava a descentralização propriamente dita, mas também figurinos de reflexividade e racionalidade ao nível das autarquias e dos agentes culturais envolvidos).

O visível esforço de política cultural ao nível das autarquias locais nos últimos dez anos continua, portanto, a denotar a carência de uma articulação intermédia relativamente aos agregados municipais, às regiões e aos tecidos nacional e, pelo menos, europeu..

Apesar dos desenvolvimentos que já referimos – aumentos de financiamentos, do potencial das experiências gizadas ao longo dos programas nacionais e comunitários interlocutados pelas CC[D]R's, da expansão do associativismo municipal, do ensaio de novos figurinos de gestão municipal mais flexíveis e modernos – uma parte importante da atenção e dos recursos votados à cultura permanece centrada mais numa lógica de relação negocial de cada autarquia com o Estado central do que numa lógica de articulação regional ou subregional.

O vazio institucional de mediação representa, assim, um estrangulamento ao redesenvolvimento, no sentido em que a legitimação cultural permanece ancorada numa dimensão política-governativa, isto é, numa representação macrocéfala do figurino institucional que dificilmente promove diversidades ou gera sinergias estruturantes dos tecidos locais (até porque a macrocefalia tende a reproduzir-se em escalas mais localizadas, como são os municípios).

Registe-se, porém, que sublinhar a necessidade de figurinos nacionais fortes não é defender a centralização, pelo contrário, é insistir no reforço de plataformas de integração e regulação em níveis intermédios, que contribuam para o próprio reforço e autonomização das instituições locais – reforço democrático portanto. Encontramos exemplos problemáticos (ambíguos) em vários campos, dos quais seleccionamos os seguintes, sem pretensão de exaustividade, e fazendo notar que, caso a caso, podem recobrir-se:

- i) alguns equipamentos de tutela central e gestão municipal
- ii) alguns programas culturais municipais que se tornaram referências nacionais ou mesmo internacionais, como alguns eventos regulares de pequena ou média escala
- iii) alguns projectos de criação e programação artística que combinam reputação no campo próprio com acção social e educativa e/ou formação profissional

iv) alguns contextos de patrimonialização e regeneração cultural de paisagens, edifícios e ambientes, como meios de produção de imagens e identidades são virtualmente geradoras de capital simbólico nos espaços globalizados ("destraditionalização") e potencialmente articuláveis com uma estruturação densa nos planos económico e social, combinando memória e tradição com criação e contemporaneidade

v) o maior reconhecimento do papel social das artes e dos artistas para o reforço da coesão e inclusão sociais, para a qualificação de competências criativas, para o cosmopolitismo ou para a competitividade simbólica dos lugares e das sociedades na globalização podem combinar recursos (ou potencialidades) de diálogos entre géneros e formas culturais, potenciando o desenvolvimento de (novas) formas de artes, representações e modos de vida positivamente compósitos (que integram tradições e rupturas, como acontece com a hegemonia das indústrias culturais ou com novas expressões artísticas que transcendem as tradicionais fronteiras culturais).

3.2. Desarticulação e fragilidade na criação e no desenvolvimento de redes (cujo conceito integra os de sustentabilidade, flexibilidade e densidade)

A fragilidade institucional traduz-se especialmente numa **incapacidade estrutural para o desenvolvimento de tessituras em redes, articuladas em várias dimensões**, e torna-se assim, porventura, um dos elementos mais bloqueadores de uma "**governança intermédia**" – enquadradora e legitimadora simultaneamente nos níveis infra-regionais e supra-regionais; e capaz de convocar equilibradamente a participação dos agentes locais privados dos vários campos (da arte, da ciência, dos meios empresariais...).

Os figurinos actualmente vigentes decalcam, senão reforçam:

i) o carácter desarticulado e por vezes pouco legitimado da administração local, mesmo nos contextos em que traduzem formatos organizacionais supra-locais (por exemplo associações de municípios), como já referimos;

ii) o risco de se gerarem "monopólios culturais" de produção cultural local, que, independentemente da qualidade ou da reputação do trabalho desenvolvido, não promovem a diversidade e reforçam fragilidades

estruturais. Acontece frequentemente quando se multiplicam os papéis desempenhados por alguns agentes culturais, simultaneamente criadores e programadores da oferta artística local, da itinerância, da animação sociocultural, dos programas de públicos, da formação profissional artística e ainda da programação e da gestão dos equipamentos culturais.

Impõe-se, por isso, acentuar o carácter paradoxal da relação entre as políticas autárquicas e os agentes privados de produção cultural. O diagnóstico, persistente também, de carência de agentes e operadores privados de cultura, fora, quer dos circuitos hegemónicos da cultura de massas e das indústrias culturais, quer dos grandes centros urbanos, significa, como referimos no ponto 2., uma morfologia cultural ainda de pequena dimensão e baixa diversidade (e registe-se que, na Região Norte, o único centro urbano culturalmente denso, à escala, é o Porto).

Mas, mais uma vez, a fragilidade do tecido político-institucional, que é reconhecidamente também uma insuficiência de recursos qualificados no plano profissional e técnico (condição para um figurino institucional forte), propicia o estabelecimento de parcerias locais entre público e privado que:

- i) concorrem para o protagonismo político autárquico na produção e mediação cultural local, e reforçam o seu poder de interlocução externa
- ii) complementam as carências, sobretudo infra-estruturais e logísticas, dos operadores culturais não cobertas pela assistência central.

Trata-se de uma outra dimensão que reforça a dependência do campo cultural local ao campo político, promovendo representações (senão, por vezes, riscos efectivos) de "*municipalização da cultura*" (parafrazeamos um agente cultural *in* Silva & Santos, 2004) – no sentido em que o risco de monopolização que referimos corresponde a uma efectiva instrumentalização da cultura a nível local, com consequências ambíguas para a sustentabilidade, quer das políticas locais, quer dos subcampos culturais que nelas operam. A excessiva atomização das práticas políticas municipais ao nível da região, a pressão crescente à competitividade simbólica (também no campo cultural) e, finalmente, as condições da polarização local-central, constroem o desenvolvimento de dinâmicas estruturantes de tecidos culturais, sociais e económicos fortes e articulados.

3.3. Fraca, por vezes nula, densidade social, em termos de participação (cidadania) e envolvimento de agentes não directamente culturais nem políticos

Quando referimos dinâmicas estruturantes de tecidos culturais, sociais e económicos fortes e articulados, entendemos de salientar em particular as que poderão desenvolver modalidades inovadoras de envolvimento de agentes e instituições privadas não restritos à produção cultural, em particular para o estabelecimento de parcerias implicadas indutoras de práticas de mecenato e patrocínio (mas que não se esgotam nelas).

São conhecidas as debilidades dos contornos regulamentares destas práticas enquanto estímulos à participação. Sabe-se igualmente (e por isso) como elas são raras e tendem a acantonar-se nos patamares superiores das hierarquias culturais clássicas. Aí se consubstanciam pré-garantias de ganhos de prestígio e, no caso português, aí se prefiguram esmagadoramente as formas mais institucionalizadas de cultura e arte, homologadas pela assistência estatal central. Este é um ponto que, em primeira instância, se prende com o foro legislativo e regulatório.

Porém, no nível de focalização em que reflectimos, uma parte da questão passa precisamente pela capacidade de desenvolvimento de "quadros estruturais" locais densos e integrados, onde a cultura, os seus protagonistas de criação e os seus interlocutores sejam revalorizados pelos grupos sociais com elevados capitais culturais e económicos – uma outra zona de intermediação essencial para efeitos de alastramento. Por tradição, as culturas de patrimonialização local e subregional podem apresentar-se mais capazes de identificação de proximidade e enraizamento. Por outro lado, nalgumas formas de patrimonialização contemporânea, as relações com os meios empresariais e as elites sociais e intelectuais apresentam um forte potencial de afinidade. É o caso de espaços onde se verifica uma forte (ainda que internamente difusa) identidade cultural e de memória histórica – as relações, como sabemos, poderão ser mais difíceis com a produção artística contemporânea. Impõe-se, também neste campo, um trabalho profundo de revalorização e incorporação crítica de valores simbólicos no espaço público, que, no objectivo de gerar práticas de cidadania implicada, não desvirtue os princípios de produção, consagração e qualificação próprios dos campos culturais, instrumentalizando-os em função de lógicas de valor e de poder externas, que, por essa via, reforçam os contextos de exclusão que referimos no ponto 2.

Para ser "real", a implicação social e cívica na cultura, e em especial a que se traduza em (co)financiamento e (co)gestão privados, tem que corresponder à autonomia relativa do campo cultural, e em simultâneo à abertura dos agentes culturais e dos criadores à sociedade e à economia – e não servir para a desvinculação pública de regulação e, neste caso, mediação. Isto só é possível com uma densificação do espaço público, que permita a convocação generalizada dos agentes e das instituições nos diversos campos – criadores, mediadores, empresários, intelectuais, políticos...

Os contextos locais e infra-regionais contêm, por isso, potencialidades de inovação em relação ao que podem significar práticas de mecenato e patrocínio de afinidade local e comunitária, que, nestas condições, possam contribuir, não só para a própria reformulação da legislação em vigor, como para a superação progressiva dos factores que, como sabemos, estão longe de depender apenas dos figurinos normativos.

3.4. Os dilemas da infra-estruturação material e imaterial

O ponto nodal da infra-estruturação em equipamentos, bens e serviços culturais, para lá do que já foi referido, traduz-se na persistência de dificuldades em distinguir, para os articular, os parâmetros de qualificação material (equipamentos e financiamentos) e os parâmetros de qualificação imaterial (qualificação de conteúdos e de recursos simbólicos, humanos e reticulares).

Nesta circunstância, verifica-se o risco de os programas de infra-estruturação se reduzirem a somatórios de classificações patrimoniais e naturais sem correspondência com diagnósticos de incorporação social e territorial e em redes supra-locais, induzindo bloqueamentos ao aproveitamento dos recursos em causa.

A infra-estruturação física é uma condição de suporte, um condutor, que tem de ser enquadrado em economias de acessibilidade e de inscrição local. Não induz espontaneamente a oferta, e menos ainda a procura. As situações actuais traduzem, frequentemente, o acento colocado nas lógicas de externalidade da cultura, especialmente aliadas a lógicas de espectacularidade, que, a prazo não muito longo, se tornam geradoras dos próprios estrangulamentos económicos que por vezes intentam, segundo os discursos dos protagonistas, ultrapassar ou evitar. O tempo, condição intrínseca da sustentabilidade na cultura, não é, como sabemos, uma dimensão que funcione segundo as lógicas

mercantis: pelo contrário, os investimentos necessários ao tempo como factor sócio-antropológico de consolidação cultural de práticas (de procura e de oferta) são muitíssimo maiores do que aqueles que conduzam ao seu recuo. É este, em meu entender, o grande risco do olhar sobre a cultura exclusivamente como meio para objectivos extrínsecos e não como fim, capaz, evidentemente, de efeitos de arrastamento e articulação duráveis noutros campos.

Seja no plano propriamente cultural (patrimonial e contemporânea), seja no das dimensões económicas e sócio-simbólicas, uma questão nuclear neste ponto passa pelo investimento em formações profissionais nas áreas da programação, da economia e da gestão da cultura, emergentes mas ainda profundamente deficitárias e por vezes pouco adequadas às especificidades locais – nomeadamente pouco aptas para as funções e competências de "tradução" e relação entre mundos culturais diferenciados.

A informação disponível sugere, como vimos, a continuação de uma preocupação de dotação das autarquias com equipamentos assentes numa função cultural (centros culturais, casas de artes, auditórios, cine-teatros, etc.) – uns integrados nas redes nacionais, outros por mediação de recuperação de edificado (convertível em património classificado), outros pela instrumentalização dos recursos financeiros disponíveis, outros, ainda, integrados em projectos estratégicos. Insistimos que a presente reflexão estratégica não deve perder a oportunidade de avaliação e re-avaliação de carências e potencialidades regionais, por forma a garantir a sua sustentabilidade e a combinação entre a circulação interna e a projecção externa, de um lado, com a inserção localizada e as possibilidades de mudança do outro.

Noutro plano, impõe-se uma estratégia de integração e promoção de algumas redes que foram emergindo no campo da produção cultural menos institucionalizada, por vezes com uma inserção internacional qualificada e qualificante, que não se traduz na região nem no país. Reflecte-se aqui uma dimensão das fragilidades institucionais que abordámos, no sentido em que são, nalguns casos, visivelmente difíceis as condições de inserção simultaneamente local e supra local, por falta de plataformas de relação. Nestes contextos, são os próprios factores de qualificação e valorização de capitais simbólicos que podem induzir o divórcio com os ambientes culturais locais, na medida em que as pontes de acessibilidade se produzem de fora para dentro, segundo lógicas que internamente se podem vir a configurar como geradoras de "efeitos-eucalipto" (desertificando em vez de potenciarem). Este é, actualmente, um dos riscos associados às redes globalizadas.

As procuras culturais constituem um elemento essencial da dinamização cultural. Esta essencialidade não deve confundir-se, porém, com a sua redução à justificação de utilidades sociais (e económicas, por exemplo, no caso do turismo) da produção cultural (vd. ponto 2.)

Apesar de não dispormos de observatórios regulares de públicos (recentemente, o Observatório das Actividades Culturais vem acompanhando os públicos de grandes eventos), dispomos de informações sólidas sobre os processos de constituição e consolidação de públicos que nos demonstram a necessidade de estratégias de fundo para a criação e alargamento de procuras duráveis e qualificantes – reproduzindo, aliás, as tendências de outros países.

Em particular, o desenvolvimento de públicos permanece estreitamente dependente dos factores de cumulatividade que enunciámos, em especial da relação com as culturas urbanas e a qualificação das populações. Se permanece a necessidade de aprofundamento das acções estruturantes junto das escolas e dos grupos sociais menos favorecidos, impõe-se crescentemente a produção de programas de avaliação, quer das acções, quer dos agentes envolvidos, quer dos impactos. Os modelos não são unilineares, e as experiências dão conta de combinações muito diferenciadas nos seus contornos e metodologias de trabalho, actores envolvidos e resultados, pelo que se impõe a prossecução de observatórios sistemáticos – condição para, nesta dimensão também, se promover o desenvolvimento de sinergias entre experiências e escalas, por forma a potenciar a constituição de redes, não apenas de itinerância como também de recursos humanos e materiais.

Uma via importante de desenvolvimento relaciona-se com as transformações no sentido de uma maior abertura e hibridéz relativamente às fronteiras entre cultura popular, erudita e "de massas", assim como à exploração das novas tecnologias da informação e da comunicação – de que algumas experiências ao nível local são exemplo.

Neste sentido, justifica-se a exploração de interacções que atendam à incorporação das novas relações com a cultura mediática e as práticas domésticas (em particular as infanto-juvenis), e que não se reduzam à "pedagogia" ou "educação" para aumento de "praticantes" (e legitimação pelo mercado, portanto), mas antes induzam efeitos de qualificação psicossocial e identitária – de lugares, de grupos sociais, de sujeitos (vd. ponto 2.).

As procuras culturais não se reduzem, portanto, a uma "questão de públicos", mas compõem essencialmente relações com as culturas que importam perceber. Este é um ponto vital para a sustentabilidade e a expressividade criativa do redesenvolvimento, assim como para evitar as pressões mercantis e pragmáticas sobre o campo cultural: promover a relação entre mundos diferentes, desenvolvendo as possibilidades de interpretação e apropriação múltiplas das obras, dos bens, dos serviços e dos ambientes culturais – e, neste sentido, sustentar identidades activas.

Em especial, o que acaba de ser referido pode contribuir para ultrapassar o carácter frequentemente subsidiário e redutor dos serviços educativos por parte das instituições de produção e representação cultural, traduzindo também uma espécie de contrapartida do funcionamento dos mercados da cultura, e em particular contextos de justificação política cativa de prazos curtos.

O que afirmámos sobre as relações entre a administração central e a local cabem ainda nesta questão, ao se transferirem frequentemente para o plano local as competências neste campo, sem que se planifiquem e projectem as "infra-estruturas humanas" necessárias à qualidade e consolidação da oferta de "educação" e trabalho com as comunidades. Neste âmbito, tem havido experiências e reflexões importantes, incluindo na Região Norte, que reclamam também a reavaliação dos parâmetros de aferição das práticas e das políticas de cultura, e concretamente reforçando a importância de instâncias profissionalizadas de mediação artística e cultural (capazes de alimentarem, nomeadamente, as redes de recursos a que aludimos).

A formação profissional artística (com particular relevância para as escolas vocacionais) constitui um eixo que já dispõe, ao nível regional, de uma temporalidade para reflexão estratégica (nos seus desenvolvimentos, especificidades e impactos múltiplos, em especial na formação e dinamização em níveis menos mediatizáveis de culturas infanto-juvenis).

Por seu turno, também nesta dimensão, a formação de mediadores de *elevada competência* técnica e cultural se revela crucial para as relações da cultura com os públicos, institucionais e sociológicos. Os perfis de mediação profissional, no plano estratégico de reflexão em que nos situamos, incluem a tomada em consideração, nos programas de difusão e captação de públicos, das especificidades do "sector cultural", designadamente quando se referem às actuais preocupações com a publicidade e o

marketing para a cultura, que frequentemente incorrem no reforço de políticas de espectacularidade e efemeridade culturais.

Neste sentido, também as relações privilegiadas da cultura com a educação não se reduzem à questão dos públicos (precocidade, formação, difusão, intermediação), mas a questões mais globalmente estruturantes do lugar e da qualidade da cultura, enformadora de identidades positivas, coesão social e territorial, potencial de inovação e alargamento de competências, que possam combinar-se com os potenciais de competitividade simbólica nas novas "economias culturais" (vd. Supra). Remetem aquelas relações para as questões da cultura como elemento central das lógicas de redesenvolvimento social.

4. Cidades e culturas urbanas

Terminamos regressando ao ponto de partida. Ele dizia respeito às cidades e ao que as culturas urbanas integram de potencial de redesenvolvimento, isto é, de novas lógicas de produção simbólica e da sua importância para a construção e o reforço de espaços de sociabilidade e de identidades sociais, assim como de integração e de competitividade em espaços exteriores diferenciados, que cada vez mais configuram escalas transnacionais, transregionais e transmunicipais.

A centralidade contemporânea da cultura está intrinsecamente ligada às cidades e às culturas urbanas – onde a densidade é sobretudo feita de diversidades, plasticidades e relações que se acumulam e cruzam, e que não se reduzem aos seus espaços físicos. Neste sentido, os centros urbanos devem potenciar a transformação positiva das lógicas de polarização/atração (serviços, equipamentos, massa crítica...) em lógicas de relação e integração para fora de si – cidades nós como interfaces relacionais e plataformas privilegiadas para dinâmicas de mediações espaciais e sociais. As cidades encontram-se actualmente no centro das mudanças que transpõem os espaços nacionais, o que constitui, acima de tudo, um desafio complexo. As questões de governação intermédia a que nos referimos colocam-se especialmente em termos das redes que as cidades

compõem (ou potenciam), das suas hierarquias e relações de poder e dos tipos de fluxos e dinâmicas que podem promover (ou não).

Em geral, as cidades da Região Norte qualificaram-se, mas desigualmente, nos últimos dez anos. Algumas, como referimos no ponto 2., permanecem profundamente encravadas em ambientes de ruralidade e interioridade. Uma parte das assimetrias que o espaço exprime passa pelas assimetrias que hierarquizam as próprias cidades, favorecendo, processos de crescimento e de qualificação da vida urbana muito diferenciados.

Os contrastes entre a faixa metropolitana do Porto, Braga e, em menor grau, Guimarães, e as restantes espacialidades dos centros urbanos da Região Norte permanecem muito grandes. A escala do Porto não tem paralelo em nenhuma outra cidade da Região Norte – a "hegemonia portuense" está, em muitos aspectos, longe de facilitar a autonomização urbana regional e de promover o desenvolvimento de contextos de "governança intermédia" que não se confinem às lógicas de duplicação dos principais bloqueios e estrangulamentos, que referenciámos quando colocámos um acento grande nos figurinos e funcionamentos institucionais municipais, intermunicipais, regionais e nacionais.

A realidade dos centros urbanos da Região Norte carece, em nosso entender, de um investimento profundo nas suas potencialidades de tessitura reticular – que deve ser plural, isto, é, uma integração regional não deve significar fechamento em rede: ao contrário, o conceito de rede devolve, intrinsecamente, abertura a composições heterogêneas, diversificadas e plásticas (ou flexíveis). Pressupõe, como insistimos nos vários pontos que perpassámos, espessura (qualidade, coesão, identidade...) para produzir, acolher e transformar inovações e mudanças que são cada vez mais rápidas e inesperadas.

Apesar de serem identificáveis, em diferentes contextos e com diferentes espessuras e alcance territorial, algumas redes alimentadas por um ou alguns centros (itinerários, em sentido lato, culturais, mas também institucionais e empresariais) – predominam as lógicas de concentração e concorrência entre as cidades (pequenas, por vezes mesmo à escala regional) e, em geral, os centros urbanos de pequena dimensão a elas ligados.

Nestas situações, desenvolvem-se sobretudo os efeitos de hegemonização pelas dimensões mais mercantis e descontextualizadas das culturas de massa, ancoradas nos meios de comunicação e nos suportes de difusão e reprodução da cultura globalizada – as quais facilitam "desterritorializações" e "destradicionalizações" negativas, assim como

desconexões entre a desejável consciência crítica dos seus habitantes, e iludem, nalguns casos, as assimetrias profundas entre centros e periferias. As políticas culturais deverão, assim, atender aos múltiplos cenários de potencialidades e constrangimentos que estão longe de estar adquiridos através de conceitos tentadores (em face, sobretudo, da importância que concedem à cultura), como o de "economias culturais".

5. Três princípios orientadores

Do cenário que traçámos, é possível propor três grandes princípios de orientação estratégica para a reflexão e prospectiva das políticas culturais públicas – que não se esgotam, como o cenário não se esgotou, na Região Norte, mas que a tomam como horizonte.

5.1. Repensar conceptualmente a infra-estruturação cultural

A infra-estruturação deve pensar-se como um recurso estrategicamente orientado para a sustentabilidade local e regional. Nesta medida, deve ser racionalizada, quer dizer integrada em redes plurais (políticas, geográficas, sociais e simbólicas), que assegurem os patamares de mediação a que fomos aludindo. Esta parece-nos a condição essencial das infra-estruturas como recursos simultaneamente físicos, humanos e patrimoniais, indutores de densidade, inovação e flexibilidade (designadamente no diálogo entre tradição e modernidade). Deste princípio decorre em especial a questão da qualificação das condições e dos ambientes sociais e culturais locais (massa crítica, artistas e "leigos", autonomia de identidades e práticas inter-sociais e inter-institucionais). Decorre ainda a questão da qualificação dos agentes de mediação especializada entre culturas (sublinhamos o plural) – em particular os programadores e os gestores de iniciativas e instituições, capazes de potenciarem redes de recursos endógenos e exógenos.

5.2. Promover estratégias de relação e intermediação inovadoras

A identificação de contextos críticos tem que ser complementada com a assunção de proceder à sua superação. É aqui que a combinação de escalas e de perspectivas assume uma importância crucial, no sentido em que é fundamental atender a conhecimentos externos e internos aos que se focaliza – por outras palavras, a procura de soluções, para ser estratégica, tem que ser inovadora, tanto mais quanto uma das características do tempo actual é a mudança e portanto a obsolescência de modelos.

Um dos maiores desafios que ressalta deste ensaio é aquele que releva do conceito de rede, ao longo deste texto tantas vezes reclamado, assinalando-lhe pluralidade e multidimensionalidade. Uma rede é uma malha de fluxos, onde os nós correspondem a articulações privilegiadas de complementaridade e diversidade de relações sinérgicas, potenciando fluidez e densidade. Uma rede densa é, por conseguinte, um tecido plural, aberto e dinâmico – para funcionar, neste sentido, tem que incorporar uma dimensão privilegiada de inovação, pluralidade e autonomia de poderes, e renovação estratégica (seja de âmbito, de actores, de processos, de fluxos ou de nós).

Das redes a que aludimos, salientamos agora a crucialidade de pensar criativamente a composição e o funcionamento de redes inter-institucionais, que, sob e sobre as diversas escalas espaciais e sociais, abranjam actores como as autarquias, as escolas, as instituições culturais, as empresas, as diversas formas associativas e a "sociedade civil". Impõe-se, por isso, a identificação de experiências (não apenas críticas, mas também de qualidade e excelência – que as há, em diversos patamares), avaliando o seu potencial de alargamento, conversão ou plasticidade.

Estas são as condições para que as redes pressuponham diversos graus (ou patamares) de intermediação – no plano político-administrativo, no plano económico, no plano social e no plano cultural e simbólico –, e portanto de enraizamento identitário, participação activa e diálogo entre culturas.

5.3. Tornar contemporâneo o conceito de política cultural

O carácter recente da importância política da cultura não lhe retira, porventura impõe-lhe, uma actualização permanente. No caso português e nele o regional, é essencial reflectir

sobre as articulações políticas entre os planos nacional e local, designadamente através do que o ponto anterior permite inferir, e da procura de patamares intermédios de competências autónomas de governação participada.

Neste contexto, urge repensar o potencial dos centros urbanos como nós propulsores (e não pólos concentracionários) de redes densas em urbanidade, modernidade, plasticidade e densidade. O que referimos no ponto 4., e em particular a questão da conversão de hegemonias urbanas em potenciais de autonomia e diversidade é fundamental, sobretudo no caso da Região Norte, que, no plano nacional, integra cidades com a dimensão do Porto e de Braga; e no plano europeu corresponde a uma dimensão muitíssimo particular, quer do conceito de região, quer do de cidade média.

Bibliografia

Azevedo, José Maria (2003), *Disparidades Territoriais na Região Norte. Indicadores de escolarização construídos com informação dos Censos de 2001*, Porto, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)/Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Ferreira, José Maria Cabral (1999), *O Sector da Cultura nas Câmaras Municipais da Região do Norte*, Porto, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território/Comissão de Coordenação da Região do Norte.

Fortuna, Carlos Ferreira, Claudino & Abreu, Paula (1999), "Espaço público urbano e cultura em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (52/53): 85-117.

Fortuna, Carlos & Silva, Augusto Santos (2002), "A cidade do lado da cultura: espacialidades e modalidades de intermediação cultural", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*, Porto, Afrontamento: 409-461.

Klaic, Dragan (Ed.) (2005), *Europe as a Cultural Project. Final Report of the Reflection Group of the European Cultural Foundation (2002-2004)*, European Cultural Foundation, in www.eurocult.org.

Kulonpalo, Jussi (2004), "New forms of urban governance in European cities: Focusing on cultural policies", *Research and Training Network Urban Europe*, in www.urban-europe.net (Fevereiro 2005).

Neves, José Soares & Santos, Jorge Alves dos (colab.) (2000), *Despesas dos Municípios com Cultura*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

Santos, Helena (2005), "Jogos de mediação plural: em torno de algumas reconfigurações na(s) cultura(s)", *A Cultura Light, 9ª Mesa-redonda da Primavera*, Abril 2005, Porto, FLUP-DCTP.

Santos, Helena & Abreu, Paula (2002), "Hierarquias, fronteiras e espaços: o(s) lugar(es) das produções intermédias", in Fortuna, Carlos; e Silva, Augusto Santos (orgs.), *Projecto e Circunstância. Culturas urbanas em Portugal*, Porto, Afrontamento: 211-253.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1998), *As Políticas Culturais em Portugal - relatório nacional. Programa europeu de avaliação das políticas culturais nacionais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2002), "Portugal", in AAVV, *Cultural Policies in Europe: a compendium of basic facts and trends*, Council of Europe/ERICarts.

Silva, Augusto Santos (2001), "Princípios, objectivos e estratégias da política cultural", *JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 809, 3-16 de Outubro: 6-8.

Silva, Augusto Santos (2003), "Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa", *OBS, Publicação periódica do Observatório das Actividades Culturais*: 10-20.

Silva, Augusto Santos (coord.) (2000), *A Educação Artística e a Promoção das Artes, na Perspectiva das Políticas Públicas. Relatório do grupo de contacto entre os Ministérios da Educação e da Cultura*, Lisboa, Ministério da Educação.

Silva, Augusto Santos & Santos, Helena (2004), "A transformação das cidades médias, segundo os seus agentes culturais", *Produção cultural e transformação da cidade: perspectivas transdisciplinares*, Colóquio realizado no ISCTE, 21 de Maio de 2004.

Fontes estatísticas consultadas, Portugal:

INE, 1995-2003/4: *Anuários Estatísticos Regionais, Estatísticas da Cultura e Recreio, Recenseamentos Gerais da População* (1991 e 2001), Lisboa, INE.

Council of Europe/ERICARTS, 2004